



ESQUERDA

MAIO 2010 | PUBLICAÇÃO MENSAL DO BLOCO DE ESQUERDA | www.esquerda.net | nº 40 | 1€

Não tem que ser assim



MANIFESTAÇÃO DIA 25 DE ABRIL DE 2010 NA AVENIDA DA LIBERDADE.
CRIANÇAS DIVERTEM-SE COM "ROLO COMPRESSOR" DO CORTEJO DO BLOCO.

FOTO CAPA: SARA ROCHA

> POLÍTICA

DESPERDÍCIO NAS
CONTRAPARTIDAS MILITARES

Pag.06



> OPINIÃO

VIOLÊNCIA NA ESCOLA

Pag.16



> PRIVATIZAÇÃO DA CP

REGRESSO A 1949

Pag.20





25 Abril 2010

BLOQUISTAS MANIFESTAM-SE NA AVENIDA DA LIBERDADE

FOTO SARA ROCHA

POLÍTICA

- 04.** Bloco confronta governo com perdas do Estado no BPP
- 05.** Parque Escolar: onde pára o dinheiro?
- 06.** Contrapartidas militares: desperdício passa os 80%
- 08.** Governo recua e taxa mais-valias já em 2010
- 09.** Pôr fim à discriminação na recolha de sangue

SOCIEDADE

- 10.** Quem quer arroz transgénico?
- 10.** Serralves: personalidades solidárias com trabalhadores despedidos
- 11.** Os prémios milionários de Mexia

INTERNACIONAL

- 12.** G20: Um ano depois de Londres, a especulação financeira floresce
- 13.** Ou morre o capitalismo, ou a Terra

OPINIÃO

- 14.** Europa: A refundação ou o caos | Por Michel Husson
- 16.** A violência na escola e a cruzada da direita
Por Cecília Honório
- 17.** É falso que a saúde privada seja melhor
Por José Gusmão
- 18.** Somos todos terroristas | Por Ricardo Coelho
- 19.** Porque é que os especuladores prejudicam os Estados? | Por Mariana Mortágua
- 20.** Privatização da CP: Regresso a 1949, fragmentação e concorrência nos transportes públicos | Por Heitor de Sousa

LOCAL

- 22.** Jornadas Autárquicas 2010
- 23.** Encontro Nacional de Ambiente
- 23.** Salvaterra rejeita discriminação na habitação social

ESQUERDA :: PROPRIEDADE E REDACÇÃO: BLOCO DE ESQUERDA, RUA DA PALMA 268, 1100-394 LISBOA
DIRECTOR: CARLOS SANTOS REDACÇÃO: LUÍS LEIRIA, LUÍS BRANCO, ANDRÉ PIRES, GUSTAVO TOSHIKI, SOFIA ROQUE EDIÇÃO GRÁFICA: RITA GORGULHO EDIÇÃO FOTOGRÁFICA: PAULETE MATOS
IMPRESSÃO: RAINHO & NEVES, LDA / STA. Mª DA FEIRA REGISTO ERC: 1254851 TIRAGEM: 3000



EDITORIAL
Carlos Santos

ESPECULAÇÃO FINANCEIRA CONTRA EMPREGO E SALÁRIOS

A imprensa internacional noticiou que, em Janeiro passado, um grupo de especuladores financeiros, entre os quais George Soros, realizou um jantar em Nova Iorque, no qual combinou especular contra o euro, provocando a sua desvalorização para cerca de um dólar. É bem provável que a notícia seja verdadeira e que os ataques aos títulos de dívida pública da Grécia, e também de Portugal, façam parte desse plano mais vasto de ataque ao euro. Do que não há dúvida é que a especulação contra as dívidas públicas grega e portuguesa fez disparar os juros das mesmas, agravando a situação económica dos dois países. É provável também que a seguir especulem contra as dívidas de outros países do sul da Europa, ou que estejam já a fazê-lo. Nos mercados financeiros domina a especulação, o que dá ganhos fabulosos aos grandes intervenientes desses mercados: os senhores da finança e os grandes bancos mundiais.

Deste ataque da especulação financeira as autoridades europeias não falam, mas constantemente fazem declarações sobre a difícil situação grega e repetidamente criticam os elevados défices públicos. Mesmo quando dizem que a Grécia não vai cair na bancarrota, mais não fazem que criar um cenário de crise, favorecendo objectivamente a especulação. E não é só a Comissão Europeia, que assim age, de igual modo actuam o FMI e outras entidades internacionais. A partir desta situação são impostas medidas drásticas contra os salários e os direitos sociais.

Os especuladores agem, as autoridades internacionais dão credibilidade aos ataques especulativos e os governos passam a factura aos povos: baixa de salários reais, cortes nos orçamentos sociais e nas pensões de reforma. Como vão longe as promessas do G20 e dos governos, feitas apenas há um ano, de impor uma verdadeira regulação financeira. A especulação dá milhões a bancos e senhores da finança e, por isso, tudo continua como antes.

Em Portugal, o Estado foi obrigado a apresentar uma proposta aos accionistas da EDP, PT e ZON, para que os seus gestores tivessem os seus vencimentos reduzidos e que os bónus milionários fossem congelados. Nada feito, os accionistas privados dessas empresas nem sequer se dignaram debater a proposta.

Como responder a esta grave e escandalosa situação?

O Bloco apresentou propostas europeias contra a especulação e defendeu que o parlamento português debata o apoio à Grécia. Igualmente propôs a revisão do PEC e apresentou um conjunto de medidas prioritárias, para defender o emprego e atacar a especulação.

Na última semana de Abril, o movimento grevista aumentou e ganhou uma nova força com as paralisações no sector dos transportes. Não estamos condenados ao PEC e à submissão perante os bónus milionários e a especulação financeira, que irão agravar as condições de vida dos trabalhadores e aumentar o desemprego. A alternativa existe e pode fazer caminho, para isso é necessário que o movimento social de protesto alastre e ganhe nova dimensão.

Bloco confronta governo com perdas do Estado no BPP

No fim da reunião da Mesa Nacional, Francisco Louçã pediu explicações pelos 450 milhões perdidos pelo Estado que não estão cobertos pelos activos do BPP.

O encerramento do BPP, agora decretado pelo Banco de Portugal, deixa um buraco avaliado em mais de 700 milhões de euros. Louçã criticou o arrastar da decisão por 17 meses e lembrou a posição do Bloco desde o início do processo, defendendo o encerramento do banco e a devolução aos clientes do dinheiro dos depósitos, recorrendo ao fundo de garantia bancária que na altura definia o tecto de 100 mil euros por depositante.

Mas Sócrates, Teixeira dos Santos e Victor Constâncio definiram outra estratégia, a de ajudar um banco falido no meio de operações de especulação financeira e irregularidades de todo o tipo, com centenas de clientes a queixarem-se de fraude por parte da administração. O Estado avalizou um empréstimo de alguns bancos ao BPP, no valor de

450 milhões, garantindo ao Parlamento que o valor do aval estava coberto pelos activos do banco, o que se verifica ser falso. Francisco Louçã defendeu agora que os responsáveis por esta operação ruínosa para os cofres públicos devem explicações ao país.

A reunião da direcção bloquista aprovou uma resolução sobre a intervenção política nos próximos meses, em que se empenhará no combate ao Programa de Estabilidade e Crescimento, definido como "o centro que articula as políticas económicas, financeiras, orçamentais e sociais em que se faz a convergência entre o Governo e as direitas".

O Bloco pretende continuar a divulgação do programa alternativo "15 Medidas concretas para uma economia decente", que "demonstrou que era possível e necessário cortar na despesa excessiva e fazer uma auditoria eficaz aos gastos do Estado, anular benefícios fiscais injustificados, terminar o offshore da Madeira e rever os contratos militares". Mas "é a acção social que será decisiva", diz a resolução do Bloco, enunciando as reuniões públicas já efectuadas nos sectores afectados pelo programa de privatizações do governo e apelando à participação nas manifestações do

25 de Abril e 1º de Maio. "É com a convergência de quem enfrenta a privatizações, defende os serviços públicos e uma economia para o emprego, que se pode derrotar o governo e a sua aliança com as direitas", prossegue a resolução aprovada.

Em debate esteve também a proposta para uma Convenção Extraordinária, que obteve oito votos na Mesa Nacional. A resolução aprovada defende que o apoio do Bloco à candidatura de Manuel Alegre surge na sequência da decisão da última Convenção, cumprindo "os três critérios fundamentais para definir o espaço dessa candidatura de convergência à esquerda: opor-se às privatizações e ao Código do Trabalho, e apresentar propostas socialistas contra a desigualdade".

"A candidatura de Manuel Alegre tem ainda uma responsabilidade essencial: é a única que pode enfrentar a recandidatura de Cavaco Silva que unifica a direita e tem o beneplácito de importantes sectores do PS, e que pode por isso disputar-lhe a vitória. O objectivo do Bloco de Esquerda é contribuir para essa vitória à esquerda", diz o documento aprovado este sábado. "★



Parque Escolar: onde pára o dinheiro?

Com base num parecer jurídico defendendo que a sujeição ao visto prévio “é incompatível com a iniciativa pública empresarial”, a empresa furtou-se ao procedimento de submissão de mais de três dezenas de contratos.

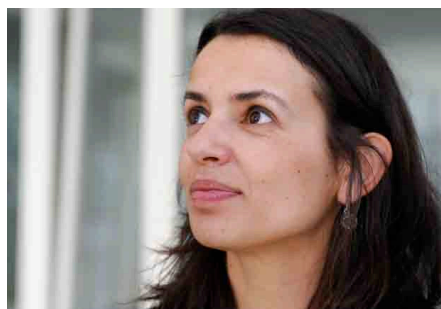
Mais de três dezenas de contratos celebrados pela Parque Escolar (EPE) em 2007 e 2008, num montante global superior a 269 milhões de euros, não foram submetidos à fiscalização prévia do Tribunal de Contas (TC), avança o Jornal Público. Nas quatro escolas da fase-piloto do programa de modernização, cujas empreitadas foram fraccionadas evitando-se assim o lançamento de concursos públicos, apenas um em quase 20 obteve o visto da entidade presidida por Guilherme d'Oliveira Martins.

A EPE confirmou que só a 21 de Novembro de 2008 começaram a ser remetidos ao TC para obtenção de vistos os elementos instrutórios dos contratos celebrados pela empresa. O primeiro a ser alvo desse procedimento foi um contrato no valor de 4,4 milhões de euros ad-

judicado por concurso internacional a Arlindo Correia & Filhos, relativo à Escola Secundária Garcia de Orta, no Porto.

Para se furtar à fiscalização prévia até Novembro de 2008, a EPE invocou um parecer jurídico de Julho do ano anterior, no qual um professor catedrático da Faculdade de Direito de Lisboa defendia que esta empresa pública estava sob a jurisdição e o controlo financeiro do TC, mas não sujeita à sua fiscalização prévia. Isto porque, dizia Eduardo Paz Ferreira, esse mecanismo de controlo “é incompatível com as características da iniciativa pública empresarial” e só podia ser exercido caso o TC o tivesse “previamente entendido e comunicado”.

A porta-voz da EPE garantiu que



ANA DRAGO anunciou que o Bloco quer travar no parlamento o decreto que prorroga até ao fim do ano o regime de excepção na adjudicação de obras da Parque Escolar.

“desde essa data foram submetidos ao TC todos os contratos celebrados com valor superior a 350.000 euros”. Esse era o valor acima do qual o Orçamento do Estado para 2009 impunha a obrigatoriedade do visto, enquanto em 2008 tinha sido de 333.610 euros e em 2007 de 326.750 euros. No entanto, em 2007, ano em que aquela entidade pública empresarial iniciou em quatro escolas a fase-piloto do programa de modernização, foram, de acordo com os dados do seu relatório e contas, cinco os contratos de empreitada e prestação de serviços com valor superior a 326 mil euros que não foram submetidos à fiscalização prévia do TC. Juntos ultrapassam os 20 milhões de euros. Já em 2008 foram 32 os contratos, parte dos quais da fase-piloto, que escaparam ao crivo daquela entidade, totalizando mais de 248,3 milhões de euros. A EPE está envolta numa polémica provocada pela alegada falta de transparência dos ajustes directos nas obras de requalificação das escolas. Por solicitação do Bloco de Esquerda, já foram ouvidos na Comissão Parlamentar de Educação e Ciência os principais intervenientes do programa de requalificação das escolas públicas. No entanto, as audições dos administradores da empresa levantaram ainda novas questões sobre a contratação das equipas projectistas. ★



Contrapartidas militares: desperdício passa os 80%

Dos oito contratos em curso na área da defesa apenas 19% das contrapartidas previstas foram cumpridas, a compra de submarinos é o caso mais gritante. O Bloco de Esquerda insiste na criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

Numa altura em que o Parlamento se prepara para discutir a realização de uma comissão de inquérito às contrapartidas, proposta pelo Bloco de Esquerda, o documento que retrata a actividade da entidade responsável pelo seu acompanhamento revela que Paulo Portas foi o responsável político pela assinatura de 1,7 mil milhões de euros das contrapartidas em curso (60% do total) mas foram ministros socialistas (Rui Pena, Luís Amado e Nuno Severiano Teixeira) os que tiveram a incumbência de acompanhar a maior parte destes contratos.

Os Estaleiros Navais de Viana do Castelo asseguram o maior projecto dos diversos contratos de contrapartidas com o denominado "Shipbuilding", mas, no total, os projectos em que o Estaleiro está envolvido chegam aos 632 milhões de euros. Os Estaleiros de Viana do Castelo, a Simoldes, a EFACEC, a Sunviato e a Salvador Caetano são as 5 maiores empresas que detêm no seu conjuntos os principais projectos de contrapartidas.

A compra dos submarinos é o caso mais polémico. O contrato com o fornecedor GSC (o que está ser investigado

na Alemanha por alegadamente ter subornado governantes portugueses – ler notícia no esquerda.net) prevê a realização de 1,2 milhões de euros em contrapartidas entre 2004 e 2012. No entanto, até ao final de 2008 ainda estavam por cumprir 75% destas contrapartidas, num total de 908 milhões.

O caso dos helicópteros EH-1010 remonta para o mais antigo contrato de contrapartidas em curso. Foi assinado a 20 de Dezembro de 2001 ainda pelo último ministro da Defesa de António Guterres, Rui Pena. O contrato termina no final de 2009 mas até 2008 o contrato tinha uma baixíssima taxa de execução, 25%. Nos poucos meses que faltam terão de ser executados os 306 milhões em falta.

No relatório de 2008, a entidade liderada pelo embaixador Pedro Catarino assume que as relações com o consórcio alemão estão longe da tranquilidade, adianta o DE, e a própria comissão de contrapartidas "deu início ao estudo de alternativas legais" para defender "os interesses do Estado".

O Bloco de Esquerda exortou novamente o Parlamento a aprovar a criação de uma comissão de parlamentar de

inquérito sobre os contratos das contrapartidas militares, durante a sessão plenária desta quarta-feira.

Fernando Rosas, deputado do Bloco, explicou que o inquérito parlamentar não deverá ter apenas como objecto os negócios para a aquisição dos submarinos, como já foi defendido por alguns deputados socialistas.

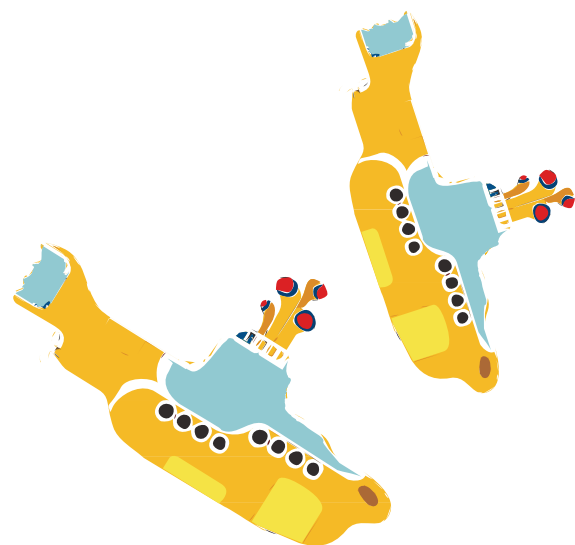
“O que a opinião pública exige é um inquérito ao negócio global das contrapartidas. Sem manobras dilatórias e sem portas fechadas na Comissão de Defesa”, afirmou, respondendo assim à proposta do PCP, feita minutos antes, para que as reuniões da Comissão de Defesa Nacional sejam abertas aos órgãos de comunicação social, que mereceu a aprovação não só do Bloco como também dos restantes partidos, com a excepção do PS.

“Há muito [que o Bloco] tem alerta- para a necessidade de esclarecimen-

to público sobre os principais negócios militares e os programas de contrapartidas que lhes estão associados”.

Sustentando a necessidade de uma comissão parlamentar de inquérito, Rosas sublinhou que o negócio dos submarinos “está por explicar” – frisou que a compra destes equipamentos constituiu “a aquisição mais cara de sempre do Estado: 850 milhões de euros” – e apontou que os programas de contrapartidas “estão quase inteiramente por realizar”.

“O incumprimento das contrapartidas pode significar uma quebra contratual de 2,2 mil milhões de euros por parte das empresas fornecedores de tecnologia e equipamento militar, um valor superior a 1,5 por cento do Produto Interno Bruto e superior ao que o Governo espera receber com a inaceitável privatização do CTT”, justificou. ★



PS E PSD ADIAM INQUÉRITO ÀS CONTRAPARTIDAS

A proposta do Bloco para agendar o debate sobre uma comissão de inquérito às contrapartidas militares foi adiada para a próxima reunião pelos partidos do bloco central.

Para José Manuel Pureza, que levou a proposta à conferência de líderes no Parlamento, a decisão da maioria é “a expressão de um bloco central que se une em volta da negação da concretização desta comissão de inquérito, deixando o país pendente de um esclarecimento que é absolutamente urgente”. PS e PSD não quiseram viabilizar a proposta nesta reunião, alegando que ainda falta ouvir algumas personalidades na Comissão parlamentar de Defesa sobre este mesmo tema. Só após a conclusão dessas audições, os dois maiores partidos aceitarão trazer a debate no plenário uma proposta de comissão de inquérito. As contrapartidas previstas nos contratos militares estão por cumprir em mais de 80%, representando uma perda de cerca de 2,2 mil milhões de euros em investimento em vários sectores da indústria portuguesa. O relatório da Comissão Permanente de Contrapartidas confirmou a ausência de fiscalização destes incumprimentos que se arrastam pelos anos até chegar ao prazo

final. O Bloco de Esquerda sempre defendeu que o âmbito do inquérito deveria abranger todos os negócios com contrapartidas, até porque na maior parte dos casos estão envolvidos os mesmos parceiros negociais com os mesmos intermediários e as mesmas sociedades de advogados. “O relatório da comissão de contrapartidas é conhecido, foi tornado público. Há uma situação que é agora pior do que a que existia em janeiro, quando o Bloco propôs esta comissão de inquérito”, sustentou o responsável bloquista, para quem “não há nenhuma razão para que o Parlamento não avance rapidamente para a criação da comissão”. “Eu pergunto se o país não conhece já os factos todos necessários para que haja um inquérito parlamentar a este respeito”, disse José Manuel Pureza.



JOSÉ MANUEL PUREZA

Quanto à investigação sobre a corrupção no negócio dos submarinos que continua em curso no Departamento Central de Investigação e Acção Penal, o Ministério Público suspeita que os representantes do Estado português tenham recebido “vantagens patrimoniais relevantes” por parte do consórcio vencedor, diz o Correio da Manhã, citando um documento do DCIAP.



Governo recua e taxa mais-valias já em 2010

O Bloco voltou a levar ao parlamento a proposta de aplicar uma taxa sobre as mais-valias bolsistas, aprovada na reforma fiscal de 2000, suspensa em 2001 e revogada pelo governo PSD/CDS. A iniciativa bloquista levou o governo a antecipar a sua própria proposta, que será votada em conjunto com a do Bloco, quando subir a plenário da Assembleia da República.

Na véspera do agendamento postestativo do Bloco de Esquerda sobre este assunto, o líder parlamentar do PS afirmou que o Governo vai avançar rapidamente com uma proposta de lei para a tributação das mais-valias bolsistas.

Duas semanas depois de o primeiro-ministro, José Sócrates, ter afirmado no Parlamento que a medida só seria implementada após a recuperação dos mercados de capitais, Assis justifica que “o Governo entende agora que estão criadas as condições para proceder à aprovação e aplicação da tributação das mais-valias bolsistas”.

O deputado José Gusmão, do Bloco de Esquerda, lembra que a tributação das mais-valias é a regra na esmagadora maioria dos países da OCDE e é uma medida que consta dos programas eleitorais do PS há 15 anos, desde as eleições de 1995, considerando ainda

Cada dia que passa sem mais-valias tributadas é receita fiscal que o Estado perde, numa altura em que não se pode dar a esse luxo.

que hoje não existem quaisquer argumentos que justifiquem o adiamento desta medida “da mais elementar justiça fiscal”.

José Gusmão afirma que até agora faltou coragem e vontade política por parte do Governo e que “cada dia que passa sem mais-valias tributadas é receita fiscal que o Estado perde, numa altura em que não se pode dar a esse luxo”.

Francisco Louçã salientou, em conferência de imprensa:

“Não é aceitável que se possa privatizar uma grande parte do serviço público ou de empresas estratégicas ou até de monopólios para conseguir um abatimento de 50 milhões de euros nos juros da dívida pública, quando pela simples e elementar medida de justiça fiscal era possível ter já em seis meses deste ano mais do dobro desse valor, mais de 100 milhões de euros”.

Louçã afirmou ainda que não existe “nenhuma justificação para que es-

ta medida não seja aprovada agora”, sustentando que os 20 por cento propostos pelo Bloco são “regra geral na Europa”. “É assim nos outros países, na Dinamarca chega a 43 por cento, nos Estados Unidos são 20, na Suécia são 30”, exemplificou.

A exclusão, em sede de IRS, da tributação das mais valias bolsistas estabelece um privilégio singular a Portugal quando comparado com os restantes países da OCDE, uma vez que estes rendimentos são taxados de norte a sul da Europa, bem como em mercados considerados financeiramente competitivos como os EUA, o Reino Unido e a Irlanda.

O próprio Relatório do Grupo para o Estudo da Política Fiscal, encomendado pelo Ministro das Finanças, inclinase para a ideia de que as mais-valias bolsistas deverão ser tributadas afirmando que “na verdade, a generosidade fiscal que, entre nós, existe relativamente às mais-valias obtidas na alienação de valores mobiliários – em particular das ações – é frequentemente considerada uma fonte manifesta de injustiça fiscal”.

Francisco Louçã desafiou ainda o novo presidente do PSD, Pedro Passos Coelho, a “clarificar o seu ponto de vista” sobre a proposta do Bloco para a taxação a 20 por cento das mais valias bolsistas. ★



Pôr fim à discriminação na recolha de sangue

O projecto de resolução do Bloco de Esquerda contra a discriminação dos homossexuais e bissexuais nos serviços de recolha de sangue foi aprovado na Assembleia da República.

“A pergunta eliminatória que é feita em serviços de recolha de sangue em vários hospitais - ‘se, sendo homem, teve relações com outro homem’ - é uma pergunta sem sentido e que tem como única razão de exclusão dos dadores um preconceito que nada diz em termos da qualidade do sangue”, defendeu José Soeiro, deputado do Bloco.

Durante a apresentação do projecto de resolução, o deputado José Soeiro lembrou também que a directiva europeia sobre a matéria define que sejam excluídos “os dadores cujo comportamento coloque grande risco de contraírem doenças transmissíveis graves”, frisando de seguida que a homossexualidade “não é um comportamento de risco”.

“Nós defendemos que, na doação de sangue, existam critérios rigorosos sobre comportamentos de risco que permitam assegurar toda a qualidade na recolha. Mas o acto de doação de sangue é um acto de generosidade e ninguém deve ser excluído com base em critérios preconceituosos”, sublinhou à agência Lusa.

Considerando “inaceitável” que existam instituições portuguesas, nomeadamente hospitais, a proibir um homossexual masculino de dar sangue, o Bloco de Esquerda defende que os critérios para aceitação dos dadores devem centrar-se em comportamentos que possam colocar em causa a qualidade do sangue e não “na orientação sexual ou num critério que está ultrapassado, que é o de que existem grupos de risco”.

Para José Soeiro, o projecto de resolução do Bloco torna-se ainda mais pertinente pelo facto de, em Fevereiro, se ter registado uma carência de sangue disponível para transfusões.

“Sabemos que, em Fevereiro, houve uma ruptura de stocks no Instituto Português do Sangue e, portanto, não faz sentido excluir pessoas capazes de dar sangue com base num preconceito. Isso prejudica o país, prejudica as pessoas que precisam de sangue e

alimenta um preconceito injustificado”, reiterou José Soeiro.

O projecto do Bloco foi votado favoravelmente por todos os outros partidos, PS, PSD, CDS, PEV e PCP, embora alguns tenham apresentado algumas ressalvas que ainda assim não condicionam a intenção de voto.

No projecto de resolução, o Bloco assinala que “continuam a existir diversos serviços públicos de recolha de sangue que incluem nos seus questionários perguntas explicitamente homofóbicas, caso do Hospital de Santo António, no Porto”. Outros estabelecimentos de saúde são apontados locais onde há tratamento discriminatório, como o Hospital de São João no Porto, o Instituto Português de Sangue de Lisboa e o Instituto Português de Oncologia.

Com vista a combater a situação, o projecto apela à “imediata reformulação de todos os questionários que contenham enunciados homofóbicos” e à “divulgação de um documento normativo da responsabilidade do Ministério da Saúde, que proíba expressamente a discriminação dos e das dadores/as de sangue com base na sua orientação sexual e esclareça que os critérios de suspensão se baseiam na existência de comportamentos de risco”. ★

Quem quer arroz transgénico?

Dia 17 de Abril, diversos manifestantes estiveram reunidos na Praça do Rossio contra a importação e comercialização de arroz transgénico na União Europeia.



ANA FELJÃO

Segundo a Plataforma Transgénicos Fora, o Ministério da Agricultura deve ser chamado ainda em 2010 para votar em Bruxelas a proposta de aprovação para importação e comercialização da primeira variedade de arroz transgénico na União Europeia, o que seria também o primeiro transgénico dirigido essencialmente ao consumo humano.

Integrada no dia internacional de acção contra os transgénicos, a manifestação teve como principal foco o actual problema da tentativa de introdução de Arroz Transgénico em Portugal. Em comunicado de Imprensa a Plataforma

Transgénicos Fora lembra que o nível de consumo per capita de arroz em Portugal é o mais alto da Europa e que é urgente lançar o debate público sobre agricultura transgénica.

Argumentam ainda que a introdução do arroz transgénico não é uma reivindicação dos portugueses e que a variedade em questão, LL62, nunca foi objecto de uma avaliação científica independente e que, devido à sua tolerância ao herbicida glufosinato, cada bago de arroz transgénico vai ter mais resíduos desse poluente do que qualquer outro tipo de arroz.

Advertem ainda para o facto desta eventual permissão ter como efeito um efectivo impulsionar da produção deste arroz, ainda não produzido, em países mais vulneráveis ao lobby industrial e com menos preocupações de protecção ambiental. "O arroz sem transgénicos irá tornar-se uma coisa do passado".

Para a Plataforma Transgénicos Fora e as entidades que a compõem acreditam que só é possível salvaguardar um futuro com arroz tradicional se for chumbado o pedido da Bayer de introduzir arroz transgénico na União Europeia. ★

Serralves: personalidades solidárias com os trabalhadores despedidos

Mais de cinquenta personalidades ligadas às artes, à cultura, ao jornalismo e ao sindicalismo subscreveram uma carta aberta solidarizando-se com os 18 recepcionistas ilegalmente dispensados pela Fundação.

A carta aberta dirige-se ao Conselho de Administração da Fundação de Serralves

e é subscrita por personalidades da vida cultural, como as escritoras Filomena Marona Beja e Regina Guimarães, a artista plástica Graça Martins, o pintor Ângelo de Sousa, a actriz Carla Miranda, o cronista Daniel Oliveira e a produtora cultural Ada Pereira da Silva. Constan também assinaturas de investigadores da área das Ciências Sociais, como o sociólogo João Teixeira Lopes, mas também as dos jornalistas Diana Andringa e Manuel Loff e as de vários sindicalistas, como Bruno Maia, membro da Comissão de Trabalhadores da ex-Qimonda e Henrique Borges, da direcção do Sindicato dos Professores do Norte.

A carta aberta foi promovida pelos movimentos FERVE - Fartos/as d'Estes Recibos Verdes e pelos Precários-Inflexíveis.

Os 18 recepcionistas da Fundação de Serralves trabalharam lá



vários anos a falsos recibos verdes e foram despedidos por não terem aceitado em Fevereiro, por proposta da Fundação, constituírem-se como empresa para continuarem a trabalhar.

É esta decisão da Fundação de contratar uma empresa especializada para assegurar os serviços de recepção e a

consequente dispensa dos 18 trabalhadores que os assinantes contestam, exigindo também a sua reintegração através da assinatura de contratos de trabalho. "Enquanto visitantes, amigos de Serralves, artistas que aí expomos, cidadãos, manifestamos a nossa solidariedade para com os e as recepcionistas despedidos", refere a carta aberta enviada ao Conselho de Administração de Serralves.

Também os deputados do Bloco de Esquerda Catarina Martins e José Soeiro enviaram no final de Março uma carta aberta à Administração de Serralves, uma fundação tutelada pelo Estado, pedindo explicações não só pelo despedimento dos recepcionistas como pela manutenção da contratação ilegal através de falsos recibos verdes.

viva a nossa energia



Os prémios milionários de Mexia

Com 3,1 milhões recebidos em 2009, o presidente da EDP está no topo das remunerações praticadas nas empresas cotadas do PSI-20 (índice composto pelas maiores empresas portuguesas cotadas na Bolsa de Lisboa).

António Mexia teve uma remuneração de 1,3 milhões, o que lhe garantiria o terceiro lugar na lista dos salários milionários dos gestores de topo portugueses, atrás de Ferreira de Oliveira (GALP, 1,6 milhões) e Zeinal Bava (PT, 1,5 milhões).

Mas 2009 foi um ano melhor para Mexia, que embolsou mais 1,8 milhões, referentes a um prémio plurianual afecto aos três anos anteriores. Também Zeinal Bava ganhou 1 milhão, totalizando 2,5 milhões recebidos no ano passado.

Ricardo Salgado, do BES (1 milhão) e Paulo Azevedo, da SONAE (808 mil euros e mais 313 mil a receber em 2011),

completam o top 5 dos gestores milionários do ano.

Outros gestores cujos vencimentos foram revelados ao mercado são Jorge Coelho (Mota-Engil, 702 mil euros), Luís Palha da Silva (Jerónimo Martins, 662 mil), Carlos Santos Ferreira (BCP, 650 mil) e José Penedos (REN, 620 mil). Abaixo dos 500 mil euros anuais encontram-se empresários como Vasco de Mello (Brisa, 492 mil) ou Carlos Bianchi Aguiar (Sonae Indústria, 410 mil euros).

O vencimento médio anual dos presidentes executivos das empresas cotadas no índice bolsista PSI-20 é, em média, de 26 anos de salários médios da respectiva empresa e de 150 anos de salário mínimo nacional.

O accionista Estado, através da Parpública ou da Caixa Geral de Depósitos, apresentou, às assembleias gerais de accionistas da EDP, da PT e da Zon, uma proposta para cortar em 5% os salários das equipas de gestão destas empresas e para suspender o pagamento de bónus e prémios. No entanto, esta proposta nem sequer foi discutida pelos accionistas.

Na EDP, o presidente da mesa da Assembleia-Geral, Rui Pena, antigo deputado do CDS e ex-ministro de um governo do PS, recusou a proposta do

accionista Parpública (Estado). No despacho de Rui Pena, publicado no site da eléctrica, pode ler-se que no que toca a propostas em termos de política de remunerações “a única proposta que tem cabimento no âmbito deste ponto da ordem do dia (...) é aquela que foi apresentada pela Comissão de Vencimentos prevista (...) e nomeada pela Assembleia-geral (...) e que foi oportunamente divulgada ao mercado e levada ao conhecimento dos senhores accionistas”.

Na Zon, a Assembleia Geral de accionistas votou primeiro a proposta da comissão de vencimentos, que foi aprovada. A proposta do Estado não foi sequer discutida, nem votada.

Sublinhando a contradição brutal entre o número de desempregados (mais de 600 mil) e os dois milhões de pobres, por um lado, e os bónus milionários dos gestores de empresas participadas pelo Estado, por outro, Louçã afirmou numa sessão realizada pelo Bloco de Esquerda no Barreiro:

“São três milhões [de euros] para um, dois milhões para outro, este levou 300 anos do salário de um trabalhador qualificado, aquele levou 250 anos do salário de um trabalhador qualificado. Eles vivem as nossas vidas”. ★



G20: Um ano depois de Londres, a especulação financeira floresce

A regulação financeira permanece quase como antes. O desemprego subiu drasticamente e os défices públicos voltaram a ser o centro das pressões e o alvo privilegiado da especulação.

Há um ano, a 2 de Abril de 2009, reuniram em Londres os líderes dos países do G20. No pano de fundo da cimeira podem ler-se as palavras "Estabilidade Crescimento Empregos". As promessas dos líderes de combate à especulação financeira foram então muitas, as decisões não acompanharam as palavras, o desemprego continua a grassar um ano depois.

Sobre o combate aos paraísos fiscais, proliferaram as declarações tonitruantes. Obama declarou: "Se esta gente quer guerra, estou pronto para ela". Sarkozy disse: "Os paraísos fiscais acabam em seis meses". Angela Merkel afirmou: "Nunca mais haverá zonas de sombra".

Um ano depois a realidade é muito diferente das declarações. A OCDE começou por deixar de fora da lista negra alguns dos principais off-shores. Depois a própria lista negra acabou e dos 43 então apontados, 17 continuam por

No total, os dez maiores especuladores dos hedge funds ganharam, no ano de crise de 2009, 18.800 milhões de euros

controlar (12 off-shores propriamente ditos e 5 centros financeiros opacos) mas passaram à lista cinzenta, 26 foram branqueados. De sanções já ninguém fala. O branqueamento foi conseguido através da assinatura de convénios bilaterais de cooperação fiscal, que garantem teoricamente que o off-shore se compromete a responder a um pedido concreto de informação fiscal sobre os fundos e títulos que uma determinada pessoa física ou jurídica lá possui. Não existe intercâmbio automático de informação fiscal, não há proibição da fiscalidade zero, as práticas mais nefastas prosseguem livremente. Nos 26 branqueados encontram-se Andorra, Mónaco, Liechtenstein, Luxemburgo

e Ilhas Caimão. O combate aos paraísos fiscais devia levar ao repatriamento de capitais. Em Janeiro passado, a OCDE anunciou que foram repatriados: 173 milhões de euros para a Austrália, 4.511 milhões para a África do Sul, 5.263 milhões para os EUA e 4.511 milhões para a França. No total, menos de 7% das estimativas geralmente apontadas como perdidas pelos EUA e pela Europa na evasão fiscal para off-shores.

No quadro do Fórum Mundial para a Transparência Fiscal, coordenado pela OCDE, o processo de combate à evasão fiscal passou agora a uma nova fase. Durante três anos, 96 países e jurisdições, que incluem paraísos fiscais e grandes potências, vão inspeccionar-se mutuamente. Na fase um, estudarão se existem de facto leis e regulamentos. Na fase dois, estudarão que funcionários e juizes aplicam as disposições legais.

Na fiscalização não estão incluídos os países e territórios retirados pela OCDE da lista inicial, também algumas das práticas mais nefastas não estão incluídas, como a chamada "optimização fiscal entre filiais de multinacionais".

Por último, a OCDE blindou o processo: a ONU e as ONG's foram impedidas de participar na análise e só um resumo final do relatório do Fórum será tornado público.

O jornal New York Times apresentou, no final de Março passado, a lista do que ganharam em 2009 os principais especuladores dos grandes "hedge funds", à frente David Tepper do Appaloosa Management com 2.965 milhões de euros e George Soros do Quatum Endowment com 2.445 milhões de euros. No total, os dez maiores especuladores dos hedge funds ganharam, no ano de crise de 2009, 18.800 milhões de euros.

Entretanto, Angela Merkel anunciou, após um encontro com Gordon Brown, que a Alemanha e o Reino Unido irão propor na próxima Cimeira do G20 uma taxa sobre os principais bancos, para cobrir as despesas de salvação dos bancos que são demasiado grandes para falir. O governo alemão já aprovou legislação que lhe garante a recolha de 1.200 milhões de euros por ano.

Também o Wall Street Journal deu a conhecer os ganhos dos gestores de topo das maiores empresas dos EUA. Os cinco primeiros auferiram os seguintes montantes no ano de crise de 2009: Ray Irani, presidente da Occidental Petroleum Corp. 39 milhões de euros, mais dois que em 2008; Robert Iguer, da Walt Disney, e William Weldon, da Johnson & Johnson, 11.2 milhões cada; Samuel Palmisano, da IBM, e Jay Fishman, da Travelers, 10.5 milhões. Em Portugal, sabemos que Mexia ganhou 3,1 milhões em 2009, e outros gestores foram igualmente muito bem pagos.

Ao contrário, um ano depois da cimeira de Londres o desemprego aumentou brutalmente, tal como os défices públicos. As dívidas públicas são alvo privilegiado da especulação financeira. Em vez dos apelos à regulação financeira, agora são as imposições no combate aos défices orçamentais que estão no centro das declarações dos principais líderes, nomeadamente europeus. ★



FLICKR / KK+

O presidente boliviano esteve na abertura da Conferência Mundial dos Povos sobre as alterações Climáticas, que se realizou entre 19 e 22 de Abril em Cochabamba.

"O capitalismo é sinónimo de inanição, o capitalismo é sinónimo de desigualdade, é sinónimo de destruição da mãe Terra. Ou morre o capitalismo, ou morre a Terra", afirmou o presidente boliviano no encerramento da sessão, perante um estádio cheio em Tiquipaya, com bandeiras da Bolívia, Peru, Chile, Equador, México e do 'whipala' - xadrez multicolorido, símbolo dos indígenas andinos.

"Reunimo-nos aqui com a visão compartilhada de que as coisas não andam bem, que nosso planeta está doente, consequências do sistema capitalista, que tenta converter tudo em mercadoria", continuou. "Nós, povos que habitamos o Planeta Terra temos todo o direito, ético e moral, para dizer que o inimigo central é o sistema capitalista, que busca ganhar o máximo possível promovendo o crescimento sem limites", acrescentou.

A inauguração da Conferência arrancou com uma cerimónia ancestral protagonizada por representantes de povos indígenas dos cinco continentes

do mundo, pedindo ajuda ao "Pai Cosmos" e à "Mãe Terra" para que se consiga encontrar soluções consensuais em defesa da natureza e da humanidade.

Evo Morales, que convocou esta Conferência após o fracasso de Copenhaga, também defendeu a criação de "uma organização paralela às Nações Unidas" que seja "uma nova organização com os movimentos sociais para defender os direitos da mãe Terra". A Bolívia insiste também na proposta de um referendo mundial para exigir dos governos que a temperatura mundial suba menos de 1º, na constituição dum tribunal internacional sobre o Ambiente e a transferência dos gastos militares para a defesa do ambiente.

A cerimónia ficou também marcada pelas vaias à Secretária-geral da Comissão Económica para a América Latina, que representa na Conferência o secretário-geral da ONU Ban Ki-Moon. "Viemos escutar os povos com todo o respeito; vocês nos convidaram, mas se não querem que estejamos aqui, nós podemos retirar-nos", disse Alicia Barcena, que acabou por discursar sem mais contratempos.

A Conferência reuniu 17 mesas de trabalho sobre as mais variadas propostas para apresentar na próxima Cimeira da ONU do México, e o encerramento contou com a presença dos presidentes da Venezuela, Nicarágua, Equador e Paraguai.★



Europa: A refundação ou o caos

POR MICHEL HUSSON

As reacções à crise grega demonstram a incapacidade dos governos burgueses para definirem políticas cooperativas e esta cegueira conduz directamente ao caos.

A crise grega é terrivelmente reveladora das contradições da construção europeia. Uma moeda comum pressupunha um elevado grau de homogeneidade entre os respectivos países, ou políticas e instituições capazes de realizar essa homogeneidade. Ora, nenhuma destas duas possibilidades foi cumprida. No momento da criação do euro, os países tinham modelos de crescimento diferentes: nuns, o motor de crescimento era o mercado interno; enquanto que noutros o crescimento era impulsionado pelas exportações. Alguns países estavam numa lógica de recuperação tendo como efeito uma taxa de inflação a priori mais elevada.

O resultado desta configuração apareceu mesmo antes da crise, sob a forma de uma divergência acrescida das taxas de crescimento, ao contrário da crença segundo a qual o facto de se pertencer a um mercado único - dotado de uma moeda única - seria por si só um factor de convergência. Entre 1992 e 2006, o crescimento foi em média de 3,1% por ano nos países "ganhadores" (Espanha, Finlândia, Grécia, Irlanda, Luxemburgo, Reino Unido, Suécia); tanto como nos

Estados Unidos (3,1%). Ao contrário, foi apenas de 1,6% nos países "perdedores" (Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, França, Holanda, Itália e Portugal).

Um processo de convergência teria podido ser sustentado por uma política de harmonização das condições fiscais e sociais da actividade económica e pela aplicação de ferramentas adequadas, por exemplo um orçamento europeu que financiasse as transferências necessárias a essa harmonização. Mas a escolha de um modo de construção liberal privilegiando a concorrência "livre e não falseada" excluía à partida essa orientação.

A escolha da moeda única não foi motivada pelas suas supostas vantagens. A estabilização das taxas de câmbio teria podido ser obtida por dispositivos menos rígidos que permitissem reajustamentos periódicos. O euro serviu sobretudo para impor a disciplina salarial: como daí em diante era impossível jogar com a taxa de câmbio, o salário tornou-se a única variável de ajustamento.

Mas isso não trouxe solução à divergência das trajetórias económicas

nacionais. Dois procedimentos permitiram gerir estas tensões até à crise. O primeiro consistiu para certos países em proceder a uma desvalorização antecipada, permitindo-lhes entrar no euro com uma taxa de câmbio que assegurasse uma espécie de reserva de competitividade. Foi a via escolhida em particular pela Espanha e pela Itália na primeira metade dos anos 90. Em sentido inverso, outros países, como a França (e mesmo até um certo ponto a Alemanha) entraram no euro com uma taxa de câmbio mais desfavorável em termos de competitividade.

O segundo factor de flexibilidade corresponde à única vantagem do euro: o défice externo de um país não pesa sobre a sua própria moeda, pois ele já não a tem. Globalmente, as trocas externas da zona euro estão quase equilibradas e o problema do euro era, no período mais recente, ser muito forte em relação ao dólar. Esta protecção conferida pelo euro permitiu a um certo número de países obter um crescimento elevado, na base de um défice externo crescente. A moeda única garantia além disso uma relativa homogeneidade das taxas de juro, em particular no que respeita ao financiamento da dívida pública.

Esta configuração não era sustentável. A crise acelerou brutalmente os processos e a especulação financeira fez aparecer à luz do dia as tensões inerentes à Europa neoliberal. Mas a polarização da zona euro em dois grupos de países existia antes da crise: de um lado, a Alemanha, a Holanda e a Áustria que beneficiavam de importantes excedentes comerciais e os seus défices públicos eram moderados. Do outro, encontravam-se os já famosos "PIGS" (Portugal, Itália, Grécia, Espanha) numa situação inversa: fortes défices comerciais e défices públicos já acima da média. A Bélgica, a França, a Irlanda e a Finlândia ocupavam uma posição intermédia.

Com a crise, esta polarização acentua-se: os défices públicos aumentaram em todo o lado mas muito menos no primeiro grupo de países (Alemanha, Holanda, Áustria) que conservam excedentes comerciais. Em todos os outros países a situação degrada-se com a explosão dos défices públicos e um



MICHEL HUSSON | economista

A escolha da moeda única não foi motivada pelas suas supostas vantagens. A estabilização das taxas de câmbio teria podido ser obtida por dispositivos menos rígidos que permitissem reajustamentos periódicos. O euro serviu sobretudo para impor a disciplina salarial: como daí em diante era impossível jogar com a taxa de câmbio, o salário tornou-se a única variável de ajustamento.

desequilíbrio crescente da balança comercial.

Agora, a Alemanha quer impor a lógica crua do euro, porque estão hoje esgotados todos os meios que permitiam escapar dela. Os países mais atingidos pela crise devem aplicar planos de ajustamento. A submissão das autoridades europeias aos mercados financeiros é total e a Grécia é um laboratório das políticas de austeridade que os governos querem aplicar em toda a Europa.

Esta política é suicidária e só pode conduzir a uma nova recessão. Os planos de ajustamento vão evidentemente travar a procura interna e a Alemanha não poderá compensar os mercados que perde na Europa com um acréscimo de exportações para o resto do mundo. A situação poderá levar certos países a saírem do euro para poderem encontrar margem de manobra jogando com a ta-

xa de câmbio. Mas é uma solução desesperada que poderia levar a uma espiral recessiva e desencadearia a especulação que ninguém tenta enquadrar.

Existem contudo alternativas que tomam em conta as assimetrias estruturais entre economias nacionais e implicam uma refundação dos próprios princípios da construção europeia.

> A especulação financeira deve (e pode) ser desencorajada de imediato, através da instauração de uma taxa sobre as transacções financeiras. Mas é preciso ir para a sua colocação fora de lei, por exemplo interditando o mercado dos CDS /Credit Default Swaps), onde se desenvolve a especulação sobre os títulos de dívida pública, e qualquer forma de "vendas a descoberto".

> Os Estados não devem financiar mais o seu endividamento junto dos mercados financeiros, mas junto do Banco Central Europeu, com a obrigação para os bancos de deterem um montante mínimo de títulos da dívida pública, à mesma taxa de refinanciamento de que eles beneficiam.

> O princípio de harmonização deve substituir o da concorrência, com a criação de um fundo europeu de harmonização financiado por uma taxação unificada do capital. Teria como objectivo realizar a convergência, por cima, dos direitos sociais na Europa.

> Uma verdadeira saída da crise implica o retorno ao pleno emprego e passa pela criação directa de empregos social e ecologicamente úteis e pela redução da duração do trabalho. Sobre estes dois pontos, a Europa pode ser um motor de lançamento de programas de investimento coordenados e de estabelecimento de normas sociais comuns.

Tudo isto é possível e racional mas está em total oposição ao Tratado de Lisboa e à lógica capitalista, ainda para mais endurecida pela crise. As reacções à crise grega demonstram a incapacidade dos governos burgueses para definirem políticas cooperativas e esta cegueira conduz directamente ao caos. Nestas condições, a única hipótese estratégica plausível é a de explosões populares de resistência aos planos de austeridade, que façam emergir a exigência de uma Europa solidária. ★



A violência na escola e a cruzada da direita

POR CECÍLIA HONÓRIO

Afinal, parece que as ocorrências de agressão em contexto escolar - a professores, funcionários, alunos - diminuiram: à volta de 1.000 e longe das 1.656 registadas em 2007-2008. Os números poderão esconder ainda o medo, o silêncio cúmplice ou a indiferença, mas não deixam de ser uma chapada no frenesim autoritário que tem tomado conta do discurso sobre a escola, e que só serve a direita.

O medo de retaliação de uma criança agredida por outra, o medo de um professor de ver o carro riscado, o silêncio de um professor ou professora, vítima de violência psicológica por outro/s professor/es, ou perante a agressão, física ou psicológica de um aluno a outro, que viu ou ouviu e fez de conta que não viu nem ouviu, a indiferença de quem devia ter punido e achou que a coisa passava. Tudo isto é intolerável. É contra o medo e o silêncio que se exige o máximo às escolas, que só podem ser espaços contra a violência, com tolerância zero à indiferença e à cumplicidade. É punição e identificação clara dos agressores, sejam eles quem forem, porque a comunidade deve saber o que fizeram.

Mas estas exigências são o contrário da verborreia autoritária, e a escola pública não pode ser indiferente nem cúmplice

perante a cavalcada da paranóia securitária e do policiamento do CDS, que acha que a "indisciplina" é coisa de pobres - quando os estudos dizem que não tem classe social.

É certo que a hiperbolização da violência nas escolas é cíclica, mas a deriva autoritária está, hoje, perto do paroxismo. Dizem eles que o problema está no défice de autoridades dos professores. É verdade que os governos os têm desrespeitado profundamente mas este é o mais covarde dos argumentos, e o mais útil para a direita:

- porque o Código Penal já assume que a agressão a um professor é crime qualificado com punição agravada;

- porque é o argumento que não reconhece que a relação entre professores e alunos é uma relação desigual a favor dos primeiros, e, ao invés, naturaliza que em cada aluno há um delinquente, real ou em potência;

- porque é o argumento que desiste de tudo o que falta fazer, e que já podia ter sido feito se os governos apostassem seriamente na escola pública: uma escola onde os adultos devem ter formação para a gestão de conflitos, onde os jovens mais problemáticos não podem ser encaixotados em turmas de enjeitados e carimbados como tal, onde os au-

xiliares não podem ser escassos, mal pagos e pouco valorizados, onde técnicos e equipas multidisciplinares urgem para reforçar o acompanhamento dos jovens e mediar nas relações com as famílias.

Parece que está ainda sobre a mesa a concessão aos professores do estatuto de autoridade pública, qualidade atribuída a polícias e juizes, profissionais que, pelas suas funções, estão mais expostos e carecem de protecção acrescida. Razão para perguntar: os professores correm os mesmos riscos que os polícias ou devem ser uma espécie de polícias? Evoca-se, neste quadro, a presunção de verdade. Razão para perguntar: e se algum destes acólitos da autoridade tiver de lidar em casa ou na família com uma criança que se diz maltratada ou ofendida por um professor vai presumir que a verdade absoluta está do lado do professor?

Os professores têm autoridade, se a exercem com as condições de dignidade exigíveis é a discussão séria a fazer. Mas a histeria autoritária só serve a direita que quer roer as fundações da escola pública. A não ser que alguém espere que a violência nas escolas termine no dia em que Paulo Portas defender a licença de porte de armas para os professores. ★

É falso que a saúde privada seja melhor

POR JOSÉ GUSMÃO

O discurso dos liberais para a privatização da Saúde assenta em dois argumentos: os privados fornecem um serviço melhor e mais barato para estado e utentes. É verdade? Este é um debate muito útil para perceber melhor o que se está a passar nos Estados Unidos e os esforços que na Europa estão a ser conduzidos para nos aproximarmos desse modelo no sentido da concessão a ou financiamento de serviços de saúde privados, elegantemente descritas como “liberdade de escolha”. O que é interessante é que, no momento em que a completa falência do modelo de saúde nos Estados Unidos está a aumentar a pressão para uma mudança de paradigma no sentido do modelo europeu, haja quem na Europa pressione para que se faça o movimento contrário. Na realidade, a reforma é criticada pela esquerda norte-americana, mas precisamente porque não rompe com o modelo assente nas seguradoras privadas.

Vamos primeiro aos factos:

1. É pura e simplesmente falso que

a saúde privada seja melhor. O modelo dos Estados Unidos assente nas seguradoras produziu resultados esclarecedores: Os Estados Unidos estão em 37º no Ranking da Organização Mundial de Saúde (ONU), antes da Eslovénia e logo a seguir à Costa Rica. Só para dar uma ideia: o primeiro país é a França e Portugal está em 12º.

2. É pura e simplesmente falso que saia mais barata: sobre isto, ver gráfico abaixo, números da OCDE.

3. É inclusive falso que saia mais cara ao próprio Estado. Embora os Estados Unidos gastem muito menos em percentagem da despesa total com saúde e os utentes (os que podem) paguem incomensuravelmente mais, os EUA são o 3º país do Mundo, mesmo considerando apenas os gastos do Estado, OCDE outra vez.

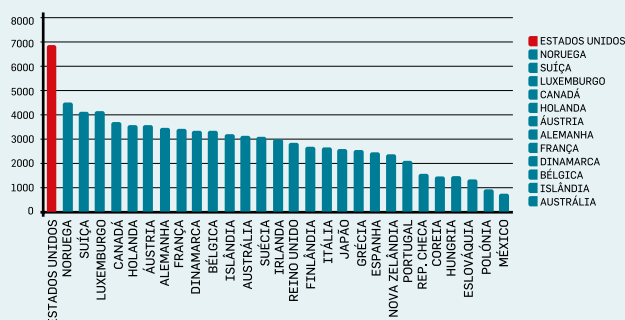
4. Acresce que a despesa pública com saúde é paga com impostos que não são apenas os dos utentes. É financiado também pelos impostos sobre os rendimentos do capital, numa lógica

solidária que é a razão de ser do Estado Social e o pilar da sua viabilidade.

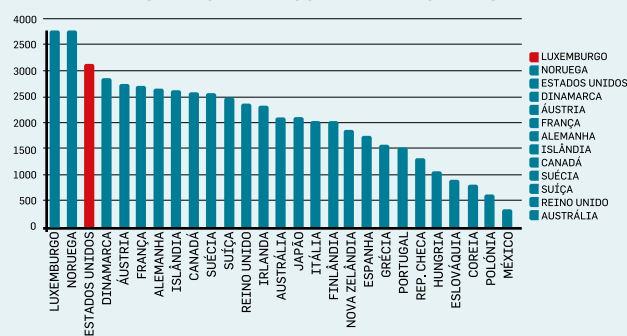
Não admira, portanto, que os liberais se refugiem no discurso da Liberdade de Escolha. É mesmo o único que têm. E é dirigido para seduzir aqueles que podem escolher. Para que o Estado suporte um serviço de saúde de pior qualidade e muito mais caro em vez de o assegurar directamente, com vantagens de custo e de qualidade.

As concessões a privados, os benefícios fiscais a privados em cuidados de saúde que existem no Público, a inexistência de cuidados de saúde no público (saúde oral, p. ex.), são buracos abertos no Serviço Nacional de Saúde que vão corroendo a sua universalidade, qualidade e viabilidade. Com pezinhos de lã, como convém a uma política tão gritantemente contrária ao interesse público. A área de Saúde é uma das áreas em que os liberais têm de ter mais cuidado para não dizerem o que realmente querem. ★

GASTOS TOTAIS COM SAÚDE, PARIDADES DE PODER DE COMPRA EM DÓLARES



GASTOS PÚBLICOS PER CAPITA, PARIDADES DE PODER DE COMPRA EM DÓLARES



Somos todos terroristas

POR RICARDO COELHO



FLICKR / GREENPEACE FINLAND

Desde o 11 de Setembro que grandes mudanças têm sido operadas nos sistemas de segurança interna. A pretexto do combate ao terrorismo, em muitos países ocidentais foram aprovadas leis que retiram o direito à privacidade e ameaçam liberdades básicas, ao mesmo tempo que foram criados organismos especializados de vigilância cujo objectivo é, basicamente, a perseguição de movimentos sociais. Os movimentos ecologistas e de libertação animal têm sido especialmente visados nesta campanha persecutória, que atingiu já proporções kafkianas nos EUA e no Reino Unido.

Já em 2008, quando o acampamento pelo clima britânico se realizou perto da central a carvão de Kingsnorth, se tornou claro de que lado estava o poder policial. Sabendo de antemão que os 1500 activistas que se encontravam acampados iriam juntar-se para invadir a central, a Polícia cercou o acampamento, tendo apreendido todo o tipo de materiais indispensáveis ao seu funcionamento (como sabão ou papel higiénico), rebocado carros e até perseguido os jornalistas com agentes à paisana munidos de câmaras ocultas. A mesma Polícia conspirou com os donos da central para proteger os interesses da mega-poluidora E.ON e colocou carros de som nas imediações do acampamento durante a noite para prejudicar o descanso dos activistas.

Este foi apenas um dos momentos mais visíveis da perseguição aos movimentos ecologistas que confrontam os interesses dos grandes poluidores, recor-

rendo à desobediência civil. Uma parte da comunicação social entretanto foi denunciando a infiltração destes movimentos por agentes à paisana e o suborno de activistas para obtenção de informações. As leis anti-terrorismo permitem tudo isto, assim como a detenção sem acusação.

A repressão atingiu outro pico na recente cimeira climática em Copenhaga. O governo fez aprovar uma lei que permitia a detenção arbitrária de pessoas durante 12 horas e a Polícia usou este novo poder extensamente, tendo detido quase 3000 activistas. Desta fúria repressiva sobram agora duas acusações: Tash e Noah, activistas da Climate Justice Now, enfrentam acusações de terrorismo cuja pena de prisão pode ir até 12 anos. O seu crime, evidentemente, foi o de organizar manifestações pacíficas que punham em causa o poder daqueles que lucram com a crise climática.

A primeira sessão do julgamento foi uma tragicomédia. Tash e Noah foram detidos antes das manifestações por polícias à paisana, em diferentes locais da cidade, na sequência de escutas telefónicas que supostamente indicariam um plano para atacar a Polícia. A procuradora da Polícia defende-se então em tribunal dizendo que só não houve violência porque agiram a tempo, detendo os líderes do perigoso movimento. Quando o advogado de defesa argumenta que a Polícia não tem qualquer prova de que alguma acção violenta estivesse a ser preparada, a procuradora reage defendendo que precisamente por não sabe-

rem exactamente o que se iria passar viram-se forçados a deter preventivamente os activistas. Vale tudo, portanto.

O melhor vem quando as “provas” de que algo de mau iria acontecer em Copenhaga são apresentadas. A certa altura, a Polícia apresenta como prova um apontamento encontrada num bloco de notas de Tash, que refere um corta-arames. Uma arma perigosa, argumenta a Polícia. Mas Tash explica que se tratava de um adereço para a manifestação “clima sem fronteiras”, simbolizando a vontade de quebrar as vedações que separam os povos do mundo. A acusação insiste, pelo que um grupo de activistas vai buscar o corta-alicates feito de papier-mâché ao centro social. Quando entram na sala com o adereço, toda a gente se ri, incluindo o juiz.

Estes são apenas alguns exemplos de situações de repressão policial apoiada por leis anti-terrorismo e inserida numa lógica de perseguição dos movimentos sociais mais radicais. As vitórias alcançadas por estes movimentos mostram porque é que os governos dos países capitalistas os temem: em pouco tempo, os projectos para a central de carvão de Kingsnorth e para a terceira pista do aeroporto de Heathrow foram cancelados, depois de uma série de protestos nos quais activistas perturbavam o funcionamento dos negócios visados. Como sempre, a verdadeira mudança vem de quem confronta os poderes instituídos e constrói a acção emancipatória. ★



Porque é que os especuladores prejudicam os Estados?

POR MARIANA MORTÁGUA

Para avaliar o risco de incumprimento, de incapacidade para pagar uma dívida, quer esta seja de uma empresa ou de um Estado, os mercados criaram as agências de notação (rating). São empresas privadas, pagas pelos próprios clientes que avaliam, e, portanto, parciais, susceptíveis de manipulação.

A famosa crise do subprime explodiu porque estas não souberam ser isentas na análise e atribuíram a nota máxima a produtos financeiros onde estavam incluídos títulos hipotecários de alto risco, que, por isso, puderam ser vendidos no mercado a um bom preço, passando de carteira em carteira até os mercados se aperceberem que, por detrás daqueles enormes lucros especulativos, estavam famílias americanas incapazes de pagar as hipotecas das suas casas. E foi assim que tudo começou.

São também as mesmas agências que estão agora a avaliar de forma negativa o risco de incumprimento da Grécia e de Portugal, e que servem de álibi para a imposição de enormes pressões para que alteremos as nossas políticas económicas.

É com base na nota atribuída que os investidores internacionais exigem um determinado retorno em troca da compra de títulos de dívida pública, ou seja, uma taxa de juro, que será tanto mais alta quanto pior a avaliação.

Simultaneamente, à medida que compram títulos de dívida pública, os investidores negociam também um

outro produto financeiro, os credit default swap (CDS), que funcionam como um seguro sobre a dívida, que valoriza à medida que a percepção da possibilidade de incumprimento por parte dos Estados aumenta. Desta forma, o preço dos CDS é também utilizado como um medidor do risco de um país.

O PEC não serve porque reflecte a incapacidade, ou falta de vontade, do governo português e da Comissão Europeia para quebrar a lógica de subordinação relativamente aos mercados financeiros mundiais.

Quando as agências de notação financeira anunciam que estão a ponderar rever negativamente o rating de um país, a previsão do aumento do risco de incumprimento leva a uma valorização dos CDS, garantindo lucros elevados a quem especula através destes produtos. Adicionalmente, os investidores estrangeiros vão exigir taxas de juro mais elevadas para comprar dívida pública, aumentando o seu peso (medido em percentagem do PIB) na economia do emissor, tornando mais difícil o seu pagamento, o que leva a um novo aumento do risco, no preço dos CDS, e assim sucessivamente.

Este ciclo desastroso tem pesadas consequências para a economia re-

al. Para conseguir fazer face aos seus compromissos e acalmar os mercados, deverão ser feitos sacrifícios, na Grécia e em Portugal: privatização de serviços públicos, diminuição de salários, de prestações sociais e de tudo mais que consideram “gastos excessivos” do Estado. Mas, a julgar pelas últimas notícias divulgadas, tudo isto parece não ser suficiente para a Comissão Europeia, que irá exigir “esforços adicionais” - menos despesa pública e mais crescimento económico - como se estes fossem objectivos compatíveis.

Os especuladores prejudicam os Estados porque lucram sempre, quer as economias cresçam, quer entrem em crise, indiferentes ao desemprego, à pobreza ou a qualquer outro factor que afecte a economia real e as populações. São tanto mais prejudiciais porque exigem dele garantias, créditos e injeções directas de liquidez quando estão em crise, e cobram depois elevados juros e spreads quando encontram uma oportunidade para lucrar com a crise do Estado.

É preciso travar este esquema, criar agências de rating públicas, fora dos interesses cegos do mercado, banir a especulação financeira predadora e criar mecanismos justos de financiamento das economias em dificuldade. Simultaneamente, não aproveitar o momento para discutir as políticas económicas e monetárias europeias, é aceitar a inevitabilidade do discurso praticado. ★



Privatização da CP: Regresso a 1949, fragmentação e concorrência nos Transportes Públicos

POR HEITOR DE SOUSA

A lógica da exploração e gestão dos sistemas de transportes, nomeadamente, ferroviários, em vez de seguirem uma lógica de sistema passarão a estar obrigados a mudar de operador e a pagar mais pela mesma deslocação.

O Governo anunciou, no âmbito do Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC), a privatização da CP aos bocados, para já, a privatização da EMEF (manutenção e montagem de material ferroviário), da CP Carga e de algumas linhas da CP. Depois do Ministro dos Transportes ter confessado em entrevista, que “admitia tudo a respeito da CP”, o Governo revelou finalmente o seu programa de privatização escondido, com que se apresentou ao eleitorado, em Setembro de 2007.

Tal como o Bloco sempre sublinhou, o PS tinha uma parte do seu programa escondido e, ao contrário do que Sócrates sempre afirmou, es-

se programa referia-se ao um extenso programa de privatizações que, entre outros sectores, atinge em cheio os transportes.

Tanto quanto se sabe até agora, a privatização da CP segue a lógica neoliberal de entregar ao sector privado as partes da empresa pública ferroviária que, em princípio, são os sectores mais lucrativos ou com mais potencial para tal. E as razões parecem bem simples.

A privatização da EMEF, permitirá aos futuros accionistas privados gerir, em rime de monopólio, assegurar a montagem, manutenção e assistência de todas as composições ferroviárias existentes no país, a começar pelo principal mercado que é a própria CP. O resultado imediato dessa operação é claro: a CP vai ter de aumentar os seus custos de manutenção dos comboios, e o que antes era internalizado nos custos operacionais, vai passar a ser custos com fornecimentos e serviços externos, ou seja, a factura vai aumentar: para a CP e para os passageiros.

Dizemos bem: CP e passageiros. Porque o esquema da privatização da CP, é abandonar o transporte de mercadorias ao sector privado, através da privatização da CP Carga, perspecti-

vando-se a operação futura de dois operadores privados: a CP Carga (constituída em Junho de 2009) e a Takargo Rail (esta, do grupo Mota-Engil). Neste domínio, a estratégia parece ser a de favorecer o grupo Mota-Engil, já que, tendo obtido a concessão da Plataforma Logística do Poceirão, é fácil antever, com as opções estratégicas para o transporte de mercadorias que está a ser desenvolvido pelo Governo, o grupo Mota-Engil tem todas as condições para gerir em posição dominante o mercado do transporte ferroviário a nível nacional e internacional, com um benefício acrescido: é que, admitindo um crescimento significativo do transporte ferroviário nos próximos anos, apenas o grupo M-E estará em condições de potenciar todas as economias da operação e da logística do transporte de mercadorias, obter ganhos de economia de integração e, se for caso disso, transferir para terceiros os custos da sua operação, via preço dos serviços.

A CP vai reduzir-se, portanto, a um operador apenas de passageiros. Mas não de “todos os passageiros”.

Dos passageiros sim, mas dos mais “pobres”, isto é, do serviço de passageiros das linhas que não são “atractivas

para o negócio”, ou seja, que não oferecem perspectivas de lucro aos futuros accionistas.

Na sequência de um processo de anos que levou à criação de várias empresas a partir da CP e à constituição de diversas “unidades de negócio”, ou seja, centros de resultados segundo os vários tipos de linhas (em termos contabilísticos), foi possível identificar as diversas linhas mais lucrativas e, com isso, preparar a privatização. Em 2007, o serviço alfa pendular da Linha do Norte, era claramente o sector mais lucrativo do serviço de passageiros e a USGL (a Unidade de Suburbanos da Grande Lisboa) a que mais próximo se encontrava do equilíbrio de exploração.

Esta pequena história serve apenas para perceber as privatizações que estão em carteira: a linha do Norte e, presumivelmente, algumas linhas do serviço suburbano ferroviário de passageiros, nomeadamente, Linha de Sintra e Linha de Cascais. Neste último caso, não deve ser para já. Isto porque as especificações técnicas do serviço ferroviário na Linha de Cascais já estão obsoletas e, para tornar atractiva a sua privatização, serão necessários grandes investimentos na rede para permitir plena interoperabilidade com a restante rede (igual tensão de alimentação, sinalização, segurança, etc).

A ser assim, a consequência será trágica. No fundo, regressamos à lógica da concessão do serviço de transporte público por linha, isto é, concessionar o transporte público de passageiros por principais origens-destinos (tipo, Porto-Lisboa ou Braga-Lisboa, etc), que era a lógica da concessão de transportes aprovada em 1949 (RTA) na vigência do antigo regime de antes do 25 de Abril.

Nessa altura, a lógica das concessões do serviço de transporte era a lógica da linha, isto é, da carreira. Com isso, Salazar conseguiu construir uma importante base de apoio, favorecendo a constituição de alguns grandes grupos económicos, assente na exploração de serviços de transportes, em regime de monopólio regional. Agora, o esquema é o mesmo, mas aplica-se ao transporte ferroviário. A razão também é óbvia: a privatização do serviço público de

Na altura, o discurso “oficial” dos governos, não contemplava a “prioridade ao transporte ferroviário”, como modo de transporte mais amigo do ambiente. Nos dias de hoje, esse é o discurso “oficial”. O que significa que, embora não se discuta a pertinência do impacte que a ferrovia pode ter no ambiente, tal não deve ser desligado do facto desses benefícios, em vez de poderem reverter para a sociedade no seu todo, virem a ser apropriado pelo sector privado.

transportes rodoviário já está, em grande medida, efectuada, faltando apenas algumas empresas nas áreas metropolitanas (Lisboa e Porto).

Para as pessoas, a consequência é trágica. A lógica da exploração e gestão dos sistemas de transportes, nomeadamente, ferroviários, em vez de seguirem uma lógica de sistema, de favorecer economias de escala e de integração na gestão das diversas linhas e de permitir aos passageiros deslocarem-se dentro da mesma empresa para os diversos destinos, passarão a estar obrigados a mudar de operador e a pagar mais pela mesma deslocação.

A experiência da privatização da British Rail (BR), em Inglaterra, diz-nos isso mesmo. Quanto no início dos anos oitenta, Margaret Thatcher decidiu desmembrar a BR numa constelação de empresas (mais de 25 operadores, espalhados por todo o país) mas todas privadas, o efeito foi imediato: os preços subiram e o serviço reduziu-se. Milhares de kms de rede foram pura e simplesmente encerrados com o argumento do prejuízo, e a frequência dos

serviços perdeu qualidade, reduzindo-se ao mínimo. Claro que a integração do serviço de transportes numa mesma rede também desapareceu, e com ela, muito do transporte de passageiros passou a ser feito por via rodoviária (autocarros e automóveis privados).

No caso da CP, a privatização das linhas lucrativas vai ter um enorme impacto, especialmente ao nível da gestão e da exploração das restantes linhas (algum serviço inter-cidades, algumas linhas suburbanas, serviço regional).

A lógica da gestão, em vez de ser a de ajudar ao desenvolvimento equilibrado dos territórios, passará a ser a do lucro (a direita não deixará cair o discurso dos chamados “custos do transporte” no Orçamento de Estado) e, daqui a uns anos, o discurso do “passado” do próprio governo do PS, de que “o serviço regional é muito importante”, passará a ser simplesmente coisa do “passado”.

A concessão de serviços de transporte seguindo uma lógica de rede e de promoção da intermodalidade e da integração dos sistemas de transportes, que a nova (já velhinha, agora) Lei de Bases do Transporte Terrestre de 1990 inaugurou na política de transportes e de mobilidade, estará assim também condenada. O Governo do PS argumenta que com as “Autoridades Metropolitanas de Transporte” vai ser possível gerir o sistema de transportes, numa lógica de rede, integrada. Mas quem pode acreditar que isso venha acontecer se, por exemplo, com a Fertagus, que iniciou a exploração do Eixo Ferroviário Norte-Sul em 1999, nunca foi “obrigada” a integrar-se no sistema de passes sociais multimodais - “passe social” por zonas -, em vigor na Área Metropolitana de Lisboa desde 1977?

Concorrência e “rentabilidade” entre operadores e modos de transporte vão passar a fazer parte do “discurso”. Complementaridade, integração modal, preços acessíveis e multimodalidade, servirão apenas para compor o discurso oficial. Perderemos todos: as pessoas, os territórios e o ambiente. ★



Durante dois dias, os autarcas eleitos pelo Bloco de Esquerda, de todo o país, debateram as prioridades das políticas locais, os seus modelos de organização e suas lutas essenciais. Da regionalização, à defesa da água pública, passando pela intervenção cultural e social, muitas foram as propostas apresentadas e as linhas de intervenção lançadas.

Alberto Matos, da Comissão Autárquica Nacional, salientou a importância de evidenciar a matriz ideológica das iniciativas do Bloco, na defesa dos serviços públicos, na promoção de políticas de combate aos efeitos da crise e do desemprego, no desenvolvimento de projectos participativos. "Marcar a diferença também no poder local" foi o mote lançado.

Francisco Louçã encerrou os trabalhos do fórum que reuniu pela primeira vez os representantes locais do Bloco eleitos em Outubro de 2009, apelando à revolta contra o Plano de Estabilidade e Crescimento (PEC) e ao plano de privatizações previsto para os vários serviços públicos. "Porque hoje somos chamados a defender os Correios e a lutar contra o desemprego, amanhã será a Segurança Social e o Serviço Nacional de Saúde", declarou.

O Coordenador da Comissão Política do Bloco afirmou que os autarcas bloquistas devem ser os primeiros a lançar os processos de luta nos "locais onde o lucro fala mais do que o interesse das pessoas". Da manutenção pública dos ramais da ferrovia à conservação dos postos dos CTT nas localidades, "este PEC pode ser vencido", frisou Louçã.

Além disso, referindo-se ao trabalho autárquico levado a cabo pelos eleitos bloquistas, Francisco Louçã realçou que

o Bloco quer afirmar-se como uma força próxima das pessoas e daqueles que estão "excluídos dos grandes níveis de decisão" ao nível das autarquias. "Há hoje uma divisória no país de fragilização e ataque às políticas públicas. É esta divisória que faz o centro da intervenção do Bloco de Esquerda", afirmou.

Na sua intervenção Louçã criticou ainda o PEC "especialmente no que respeita ao congelamento dos salários", no "ataque às políticas sociais" e em relação às privatizações.

Louçã criticou também o PSD porque "segue a mesma estratégia de bloco central do PS" e explicou: "Como é que disputa o PSD ao PS um lugar político? Adoptando ele próprio uma estratégia de bloco central. Todas as ideias más do PS na governação, o PSD repete como ideias péssimas", disse.

Assim, referindo-se a algumas das medidas avançadas pelo novo líder social democrata, Pedro Passos Coelho, Louçã deixou o comentário: "Quero ver se ele vai repetir a ideia de deixar entrar um funcionário por cada cinco que saem da função pública ou a privatização da Caixa Geral de Depósitos", acrescentando que "entre Passos Coelho e José Sócrates a diferença já não está em nenhuma política". ★

Salvaterra rejeita discriminação na habitação social

Na sequência da denúncia feita pelo Bloco de Esquerda acerca da discriminação de cidadãos imigrantes no acesso à habitação social em Famalicão, o presidente desta autarquia procurou desviar as atenções, acusando a Câmara de Salvaterra de Magos de ter um regulamento aprovado há várias décadas, decorrente da lei de 1976 em vigor.

“A presidente da CM de Salvaterra de Magos, confrontada com a questão, teve uma atitude diametralmente oposta à do seu colega de Famalicão”, afirma a Comissão Nacional Autárquica do Bloco em nota divulgada à imprensa. Ao contrário de Armindo Costa, eleito pela coligação PSD/CDS em Famalicão, Ana Cristina Ribeiro “manifestou de imediato discordância quanto à exigência de que só se poderiam candidatar à habitação social cidadãos portugueses e, mesmo antes de confirmar junto dos respectivos serviços sobre o conteúdo do texto, declarou que a haver uma eventual menção discriminatória só poderia ser por lapso e que, nesse caso, seria de imediato corrigida”. O executivo de Salvaterra aprovou um regulamento para a habitação social sem a menção à nacionalidade dos candidatos. Os anteriores regulamentos, aprovados antes dos mandatos das listas do Bloco, já não estavam em vigor. A autarquia de Famalicão vai manter a norma discriminatória para os concursos que decorrem, apesar das queixas serem públicas. O novo regulamento para atribuição de casas em Salvaterra foi aprovado a 17 de Fevereiro, tendo cumprido o período de discussão pública antes de ser agora aprovado na versão final. O deputado bloquista Pedro Soares já manifestou ao secretário de Estado da Administração Local a sua preocupação com a aplicação de regulamentos semelhantes e José Junqueiro prometeu “intervir”, por considerar “a situação inadmissível”, diz o jornal Público. ★



Encontro Nacional de Ambiente

O Encontro Nacional de Ambiente do Bloco de Esquerda, realizado a 29 de Março na Livraria Ler Devagar, em Lisboa, contou da parte da manhã com o contributo de vários protagonistas de ONG's e de movimentos ambientalistas em Portugal, que apresentaram a identidade, a origem, a história de combate, com as suas derrotas e vitórias, dos movimentos em que participavam, apontando caminhos para um reforço do activismo nas lutas ecologistas em Portugal.

Jaime Pinho falou de como foi possível reunir até 20 mil pessoas e invadir por duas vezes o Ministério do Ambiente num movimento o sistema de tratamento de resíduos urbanos e industriais perigosos. Helena Carmo, do Movimento Nacional Contra as Linhas de Alta Tensão nas Zonas Habitadas, apelou a uma maior capacidade de divulgação de informação por parte do Bloco para permitir um melhor trabalho local. Pedro Couteiro transmitiu a dificuldade em combater os interesses particulares locais relacionados com a construção das Grandes Barragens. António Minhoto, da Associação Ambiente em Zonas Uraníferas, partilhou na primeira pessoa o impacto das explorações uraníferas na qualidade de vida das populações. Hélder Spínola, da Quercus, falou do trabalho desta associação

na sensibilização da população. Tom Kucharz, da Ecologistas en Acción, explicou o processo de formação desta rede de organizações e grupos e da necessidade da manutenção da democracia, autonomia, representatividade geográfica e independência política destes núcleos.

Da parte da tarde, este Encontro contou com a intervenção de vários militantes do Bloco de Esquerda que, um pouco por todo o país, travam diferentes lutas, cada uma com as suas especificidades e dificuldades mas que partilham o combate contra as consequências ambientais de problemas causados pela corrupção, pelos negócios e pela indiferença.

Foi aprofundada a discussão sobre a independência do Bloco de Esquerda na sua relação com os movimentos ambientalistas e sobre a intervenção local dos seus aderentes, tendo sido proposta a constituição, nos locais em que tal seja possível, de grupos locais de Ambiente do Bloco de Esquerda focados num modelo de activismo presente nas ruas, que integre novos aderentes mas também todos os interessados, e que articulem este trabalho e as suas prioridades com as coordenadoras distritais do Bloco de Esquerda, de forma a desenvolver uma agenda própria. ★

PENSAR OS PENSADORES DO SOCIALISMO

I. OS FUNDADORES

4 Maio **KARL MARX**

Luís Fazenda

Luís Fazenda é dirigente do Bloco de Esquerda

LENINE

11 Maio

Stathis Kouvélakis

Stathis Kouvélakis é professor do King's College, em Londres.
Autor de "Há vida depois do capitalismo?"
e co-editor do dicionário "Marx"

TROTSKY

18 Maio

Francisco Louçã

Francisco Louçã é dirigente do Bloco de Esquerda

ROSA LUXEMBURGO

Michael Löwy

25 Maio

Michael Löwy é filósofo, de origem brasileira,
investigador do CNRS (França) e autor de numero-
sos livros no campo da teoria marxista.

GRAMSCI

1 Junho

Chris Bambery

Chris Bambery é editor do semanário inglês
"Socialist Worker" e autor
de "Um Guia Rebelde a Gramsci".

MAO TSE-TUNG

8 Junho

Fernando Rosas

Fernando Rosas é dirigente do Bloco de Esquerda

21h00 | Livraria Ler Devagar | LxFactory

Rua Rodrigues Faria, nº 103 (Alcântara)

A CULTRA, Cooperativa Culturas do Trabalho e do Socialismo, leva a efeito entre os próximos dias 4 de Maio e 8 de Junho, todas as terças-feiras, às 21 horas, na livraria Ler Devagar/Lx Factory, um conjunto de debates sobre alguns dos principais pensadores/fundadores.

cul:tra

COOPERATIVA CULTURA TRABALHO E SOCIALISMO